

Só Sarney não vê o Brasil que está unindo o Brasil

23 MAI 1987

Diante da progressiva deterioração da situação econômica que poderia ter sido evitada se não tivesse havido tanta contemporização, todos os brasileiros sérios, independentemente dos seus credos ideológicos, começam a enxergar aquilo que o Jornal da Tarde vinha denunciando havia anos: que não existem maneiras de se viabilizar economicamente este país enquanto o Estado brasileiro, e todas as suas ramificações infestadas de parasitas, continuar pesando como ele pesa hoje para a Nação; enquanto o governo não se atirar, com a urgência e com a profundidade que a atual conjuntura exige, a um programa sério de austeridade, cortando fundo nas suas fontes de dispêndios inúteis de modo a extinguir definitivamente a causa da sua necessidade de fabricar continuamente moeda (e inflação) e de recorrer maciçamente ao mercado financeiro, provocando a ascensão dos juros.

As evidências de que é exclusivamente em função do descontrole dos gastos do governo e da excessiva intervenção do Estado na economia que estamos caminhando para a maior crise econômica de nossa história são tão gritantes que colocam lado a lado, para exigir que se ataque o problema da única forma que pode produzir resultados, pessoas e instituições tão distantes no espectro ideológico quanto a esquerda do PMDB, representada pelo senador Fernando Henrique Cardoso e pelo deputado José Serra, e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), representada pelo empresário Mário Amato; ou economistas de "escolas" tão diferentes quanto aquelas a que, supostamente, pertencem o "ortodoxo" Mário Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda do general Geisel, e Eduardo Modiano, da PUC-Rio, um dos "heterodoxos" pais do Cruzado.

Todos eles — e certamente não são os únicos; apenas deixaram mais clara a coincidência de seus diagnósticos por terem participado de um seminário sobre "Estratégias não recessivas para a economia" promovido pela Confederação Nacional da Indústria e pelo Jornal do Brasil, ontem no Rio — concordam perfeitamente em apontar no descontrole do Estado brasileiro a causa de nossas dificuldades atuais, divergindo apenas ligeiramente quanto à dose de sacrifício que deve ser exigida dos contribuintes ou do governo para compatibilizar o que ele arrecada com o que ele gasta. Pagando o inevitável tributo à ideologia, os mais "à esquerda", como Eduardo Modiano, sugerem com mais ênfase a aplicação de "políticas fiscais mais restritivas", isto é, que se sobrecarregue um pouco mais os contribuintes além de se promover o necessário corte nos dispêndios públicos, e os mais "à direita" sugerem apenas "austeridade e moralidade", considerando que só de um dos lados existem "gorduras" para serem cortadas e desperdícios para serem coibidos. Ninguém nega, no entanto, a evidência principal: que é o peso do Estado que está esmagando a Nação.

São constatações como esta que nos levam a desear — desesperançados de ver os donos do poder adotando uma atitude equivalentemente séria — que a débacle final da economia brasileira aconteça o quanto antes para que o País, unido na desgraça, possa recomeçar, livre da maior parte dos elementos que, corrompendo a sua vida política e institucional, provocaram a decomposição de todo o organismo nacional e que, esperamos, não sobreviverão politicamente a esta débacle final pela qual serão os únicos responsáveis.

O observador mais sensível já terá notado outro indicio importante desta união nacional que está a caminho: a "paz de cemitério" que tem reinado, ultimamente, nas relações entre empregados e empregadores do setor privado — alvo preferencial das lideranças sindicais ideológicas —, em contraste com a guerra permanente em que têm vivido empregados e empregadores do setor estatal. Não é que nos queiramos iludir com as aparências. É claro que os alarmantes sintomas da recessão iminente — ou já em curso em muitos setores da economia — e as taxas de desemprego crescentes "desmobilizam" as massas trabalhadoras, tornando seus ouvidos muito menos sensíveis aos apelos incendiários de lideranças radicais. É claro, também, que estas lideranças, com sobradas razões, estão apenas esperando sentadas que todos os efeitos da crise se apresentem para voltar à carga com redobrada violência, ou mesmo esperando sentadas porque confiam que, na sua louca irresponsabilidade, os atuais "donos do poder" poderão fazer muito mais pela "causa" do que eles poderiam conseguir pelos métodos tradicionais da confrontação de classes.

Economia - Brasil

Mas também é claro que não está passando despercebido, para as massas de trabalhadores que ajudaram a colocá-los no poder confiando em todas as promessas de "opção preferencial pelos pobres", tudo que se está passando neste triste país sob o "comando" do PMDB, em especial o que se está passando com as relações entre trabalhadores e empregadores no setor público. Os trabalhadores do setor privado, que certamente estão podendo constatar em seus locais de trabalho que as empresas privadas podem fazer muito pouco a mais do que simplesmente tentar sobreviver a este governo irresponsável, também estão vendo que no setor estatal, que tantas vezes lhes tem sido apontado como um paradigma, continua-se a esbanjar dinheiro por cima da miséria que o governo espalha, enquanto se utilizam todos os artifícios "legais" para arrancar aos funcionários públicos a possibilidade de se defenderem da inflação com o "gatilho salarial", no momento em que a inflação rompe a barreira dos 20% ao mês. Assim, mais que uma questão de sobrevivência, para os servidores do Estado, as greves são uma obrigação moral e uma expressão de revolta que fará amadurecer não poucas conclusões nas cabeças de muitos dos que, até ontem, vinham-se deixando seduzir pela idéia do patrão único.

Isto é o que se passa no país real. Naquele outro país, descamba-se da simples falta de pudor para a loucura coletiva, na medida em que vai ficando claro para os atuais donos do poder que suas chances de mantê-lo por muito tempo ou de continuar na carreira política depois desta sua desastrosa passagem por ele são cada vez menores. Todos se entregam com sofreguidão crescente e com vergonha minguinte à tarefa de se locupletarem da melhor forma possível para garantir suas previsivelmente longas "aposentadorias".

E da sua "modesta" Ferrovia Norte-Sul, atira-se o desarvorado sr. José Sarney, que diz que quer unir o País que já se está unindo, a milagres melhores que o da multiplicação dos paês, prometendo a governadores, sem censura, céus e terras, para desespero do sr. Bresser Pereira: são siderúrgicas no Maranhão, petroquímicas no Rio, "Programas Nacionais" de quase tudo — da Indústria Automotiva (US\$ 7 bilhões), da Indústria Petroquímica (US\$ 4,7 bi), da Indústria de Papel e Celulose, do Gás Natural (este com verba de US\$ 1 bilhão aprovada ontem e com mais 2,5 bilhões previstos até 95); trens-"bala" ou convencionais para todos os gostos e para todos os governadores, pontes, estradas, contratações ilimitadas... não há, enfim, o que o sr. Sarney não prometa para não descer da cadeira em que ainda pensa que está. O problema é que, se não for apeado dela a tempo e se lhe permitirem fazer tudo que lhe pede a sua imaginação delirante, acabará comprometendo não só o presente — que "já era" — mas o futuro dos brasileiros. Por que não há constituinte, por mais sereno que seja, que consiga trabalhar racionalmente dentro do ambiente de rebelião social em que este país está propenso a entrar a partir de agora; não há fé na democracia que resista a esta primeira "experiência democrática" a cargo do PMDB; não há Leonel Brizola, Hitler ou Stalin tupiniquim que possa ser considerado definitivamente morto ou impossibilitado de nascer enquanto for um José Sarney o guardião do poder e da autoridade neste país. Quando eles estiverem definitivamente no chão, de que já estão próximos hoje, literalmente qualquer um poderá empalmá-los...